

Demonstrações contábeis

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
ETES - Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ETES - Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$135.484 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos pojetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a

cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.2 e 7 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

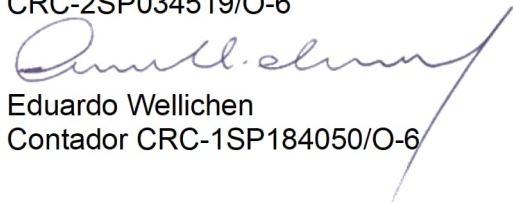
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>		34.084	29.853
Caixa e equivalentes de caixa	4	34	25
Investimentos de curto prazo	5	8.598	9.129
Concessionárias e permissionárias	6	4.769	3.082
Ativo contratual de concessão	7	17.524	16.019
Impostos a recuperar		947	529
Adiantamento a fornecedores		1.057	39
Outros ativos		1.155	1.030
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		118.946	114.311
Concessionárias e permissionárias	6	71	78
Ativo contratual de concessão	7	117.960	113.340
Depósitos judiciais		648	657
Direito de uso sobre arrendamento		267	236
TOTAL DO ATIVO		153.030	144.164
PASSIVO			
<u>CIRCULANTE</u>		31.835	27.729
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	8.812	7.956
Arrendamentos a pagar	13.3	64	15
Fornecedores		121	1.359
Tributos e contribuições sociais a recolher		1.120	828
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	10	2.147	1.962
Dividendos a pagar	13.2	16.915	13.464
Encargos regulatórios		298	384
Provisões pré-operacionais		794	660
Outros passivos		1.564	1.101
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		45.252	58.145
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	13.977	22.047
Arrendamentos a pagar	13.3	30	44
Provisão para contingências	11	716	919
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	14.943	17.776
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	10	14.450	13.885
Provisões pré-operacionais		-	2.550
Outros passivos		1.136	924
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		75.943	58.290
Capital social	12.1	33.532	33.532
Reservas de lucros		42.411	24.758
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		153.030	144.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita de operação e manutenção		3.686	2.104
Receita de implantação de infraestrutura		-	14.944
Remuneração ativo contratual da concessão		20.247	17.311
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	23.933	34.359
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados	15	(1.390)	(1.917)
Custo de infraestrutura	16	-	(22.937)
		(1.390)	(24.854)
LUCRO BRUTO		22.543	9.505
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(352)	(584)
Pessoal		(546)	(607)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(50)	(340)
		(948)	(1.531)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		21.595	7.974
Despesas financeiras	17	(1.552)	(1.033)
Receitas financeiras	17	396	456
		(1.156)	(577)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		20.439	7.397
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(625)	(1.912)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9 e 18	2.833	(414)
		2.208	(2.326)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		22.647	5.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	22.647	5.071
(+/-) Outros resultados abrangentes da companhia	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	22.647	5.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	33.532	3.214	1.550	26.142	(10.491)	-	53.947
Absorção do prejuízo do exercício de 2019 conforme art. 202 III da lei 6.404/76	-	-	-	(10.491)	10.491	-	-
Reserva de incentivos fiscais conforme AGOE 10.12.2020	-	-	(1.550)	-	1.550	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.071	5.071
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	253	-	-	-	(253)	-
Reserva de incentivos fiscais conforme benefício usufruído no exercício de 2019	-	-	1.550	-	-	(1.550)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	356	-	-	(356)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(728)	(728)
Reserva de lucros	-	-	-	-	2.184	(2.184)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	33.532	3.467	1.906	15.651	3.734	-	58.290
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.647	22.647
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	1.133	-	-	-	(1.133)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.537	-	-	(1.537)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(4.994)	(4.994)
Reserva de lucros	-	-	-	-	14.983	(14.983)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	33.532	4.600	3.443	15.651	18.717	-	75.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		20.439	7.397
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	15	57	25
Encargos de dívidas (Inclui arrendamentos e variações monetárias líquidas)	8c e 17	1.482	961
Receita de aplicações financeiras		(350)	(273)
Contribuições e encargos regulatórios diferidos		750	2.677
Provisão para contingências		(203)	746
		22.175	11.533
(Aumento) redução no ativo			
Concessionárias e permissionárias		(1.680)	(1.531)
Ativo contratual de concessão		(6.125)	(21.471)
Tributos a recuperar		(1.639)	-
Adiantamentos a fornecedores		(1.018)	-
Outros ativos		(116)	1.002
		(10.578)	(22.000)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		(1.238)	1.320
Encargos regulatórios		(56)	(592)
Tributos e contribuições sociais a recolher		2.251	159
Provisões pré-operacionais		(2.416)	-
Outros passivos		675	3.724
		(784)	4.611
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(1.362)	(2.112)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais		9.451	(7.968)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates de investimentos de curto prazo		18.773	34.152
Investimentos de curto prazo		(17.892)	(28.555)
Aplicações no imobilizado		-	(23)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		881	5.574
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos Tomados	8c	-	10.000
Pagamento de principal e juros dos arrendamentos		(64)	(26)
Pagamentos de dividendos	13.2	(1.543)	-
Juros pagos (encargos de dívidas)	8c	(716)	(775)
Pagamento de debêntures	8c	(8.000)	(8.000)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos		(10.323)	1.199
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		9	(1.195)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do período		25	1.220
Saldo no final do período		34	25
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		9	(1.195)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (“Companhia” ou “ETES”) foi constituída em 19 de dezembro de 2006 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, conjunto 151, Sala G, Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
006/2007	30	2037	R\$ 20.086	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida - RAP a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial sendo reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. RAP do ciclo 2021-2022, conforme resolução homologatória nº 2.895.

A transmissora terá direito, nos primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, a partir do 16º (décimo sexto) ano será de 50% (cinquenta por cento) da Receita Anual Permitida do 15º ano de operação comercial estendendo-se até o término do prazo de concessão. A esta receita aplica-se os critérios de reajuste e revisões previsto no contrato de concessão.

Em 12 de dezembro de 2008, entrou em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação, em 3 de maio de 2009 a 1ª RBNI e em 6 de julho de 2010 a 2ª RBNI.

Em 15 de setembro de 2020, iniciou a operação comercial, a 3ª RBNI que adicionará a partir da mesma data uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$ 3,1 milhões, valor base ciclo 2020_2021.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Impactos do COVID-19

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e subestações, e observando as recomendações das autoridades sanitárias em localidade em que atua.

Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de caráter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia.

A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente deles, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 07 de março de 2022.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Continuação

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Continuação

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.2 Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, que varia entre de 6,64% a.a a 9,18% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.2 Ativo contratual da concessão - Continuação

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias

Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5 Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.6 Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.8.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.10 Tributação

3.10.1 Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,6%

3.10.2 Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDENE até 31 de dezembro de 2030, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração. Conforme a Resolução nº 323/2018 do Ministério de Integração Nacional e Laudo Constitutivo nº 97/2021, a Companhia possui direito a fruição do novo benefício a partir da entrada em operação do projeto de ampliação da infraestrutura.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis.

- Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

3.12 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Numerário disponível	9	10
Aplicações financeiras	25	15
	34	25

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 20% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

5. Investimentos de curto prazo

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Investimentos de curto prazo</u>		
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	8.598	9.129

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos STA Energia, que tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 100,06% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (95,87% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Concessionárias e permissionárias</u>		
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo circulante)	4.769	3.082
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo não circulante)	71	78
	4.840	3.160

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual da concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2019 - Ativo contratual	107.888
Receita de operação e manutenção (nota 14)	2.635
(-) Parcela variável (nota 14)	(226)
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	19.819
Receita de infra-estrutura (nota 14)	17.110
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(17.867)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - Ativo contratual	129.359
Receita de operação e manutenção (nota 14)	4.295
(-) Parcela variável (nota 14)	(64)
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	23.244
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(21.350)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Ativo contratual	135.484
Ativo contratual da concessão - circulante	17.524
Ativo contratual da concessão - não-circulante	117.960
	135.484

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional ao final da concessão.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Empréstimos, financiamentos e debêntures

- a. O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante					Não circulante			
			Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2021	31/12/2020	Principal	Custo a amortizar	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures 1ª emissão	26/06/2023	112% a.a. da taxa DI	19	8.000	(49)	7.970	7.956	4.001	(24)	3.977	11.928
Itaú Unibanco S.A.	25/09/2023	100% CDI + 2,6% a.a.	842	-	-	842	-	10.000	-	10.000	10.119
			861	8.000	(49)	8.812	7.956	14.001	(24)	13.977	22.047

Em 26 de junho de 2018, a Companhia realizou a 1ª emissão de 40.000 debêntures com valor unitário de R\$ 1, a serem emitidas em série única, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, perfazendo um montante de R\$ 40.000, cuja a efetiva data de liquidação da operação ocorreu somente em 23 de julho de 2018. As debentures terão prazo de vencimento de 5 (cinco anos) contados a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 26 de junho de 2023. A remuneração das debêntures contempla juros de 112,00% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário das taxas médias diárias do DI, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, o valor será amortizado em parcelas mensais e consecutivas.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão, que incluem índices financeiros apurados com base nas demonstrações contábeis e informações trimestrais da Alupar Investimento S.A. (fiadora). Em 31 de dezembro de 2020, todas essas obrigações especificadas foram cumpridas.

Em 25 de setembro de 2020 a Companhia captou junto ao Itaú Unibanco S.A. o montante de R\$ 10.000, com incidência de encargos de 100,00% do CDI + 2,6% a.a. Esta captação possui amortização semestral do principal e dos encargos, iniciando em 25 de março de 2022 e encerrando em 25 de setembro de 2023.

- b. Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas relativas ao empréstimo e às debêntures e encargos de dívidas têm os seguintes vencimentos:

	2022	2023	Total
Debêntures 1ª emissão	7.970	3.977	11.947
Itaú Unibanco S.A.	842	10.000	10.842
	8.812	13.977	22.789

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e debêntures foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Empréstimos, financiamentos e debêntures – Continuação

c. As movimentações de empréstimos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos	Amortização de custo	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2020		(nota 17)	(nota 17)			31/12/2021
Empréstimos e financiamentos							
Itaú Unibanco S.A.	10.119	-	723	-	-	-	10.842
Debêntures							
Debêntures - 1ª Emissão	19.884	-	730	49	(8.000)	(716)	11.947
	30.003	-	1.453	49	(8.000)	(716)	22.789
Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de dívidas	Provisão de encargos	Amortização de custo	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2019		(nota 17)	(nota 17)			31/12/2020
Empréstimos e financiamentos							
Itaú Unibanco S.A.	-	10.000	119	-	-	-	10.119
Debêntures							
Debêntures - 1ª Emissão	27.846	-	764	49	(8.000)	(775)	19.884
	27.846	10.000	883	49	(8.000)	(775)	30.003

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47, a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 – Orientação contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Ativo fiscal diferido				
Diferido do arrendamento mercantil	(94)	(94)	(59)	(59)
Diferido do ativo contratual	(16.597)	(16.597)	(15.847)	(15.847)
Subtotal	(16.691)	(16.691)	(15.906)	(15.906)
Passivo fiscal diferido				
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	47.783	47.783	45.220	45.220
Art. 69 inciso IV Lei 12.973/14	1.109	1.157	1.183	1.212
Diferido do arrendamento mercantil	90	90	54	54
Diferido do ativo contratual	33.480	33.480	21.799	21.799
Outros itens	(73)	(73)	(73)	(75)
Subtotal	82.389	82.437	68.183	68.210
Base de cálculo	65.698	65.746	52.277	52.304
Imposto diferido - base de cálculo	26.234	65.746	52.277	52.304
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	39.464	-	-	-
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Alíquota incentivada	6,25%	-	6,25%	0%
Total tributo alíquota efetiva	6.559	5.917	13.069	4.707
Total tributo alíquota incentivada	2.467	-	-	-
Total IRPJ e CSLL diferido	9.026	5.917	13.069	4.707
Total IR e CS alíquota aplicada		12.476		17.776
Total IR e CS alíquota incentivada		2.467		-
		14.943		17.776

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Continuação

A movimentação do imposto diferido e contribuição social diferidos se deu conforme a seguir:

	Lucro Real				
	Dezembro	Reclassificação	Movimentação no resultado (nota 18)	Dezembro	Movimentação no resultado (nota 18)
	2019			2020	
					Dezembro
					2021
Imposto de renda diferido	12.403	361	305	13.069	(4.043)
Contribuição social diferida	4.465	133	109	4.707	1.210
	16.868	494	414	17.776	(2.833)
					14.943

10. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	2.147	1.962
Pis Diferido	289	264
Cofins Diferido	1.332	1.217
Reserva Global de Reversão - RGR	456	417
Taxa de fiscalização ANEEL	70	64
Passivo não circulante	14.450	13.885
Pis Diferido	1.946	1.870
Cofins Diferido	8.965	8.614
Reserva Global de Reversão - RGR	3.067	2.947
Taxa de fiscalização ANEEL	472	454
	16.597	15.847

O diferimento das contribuições e encargos regulatórios é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Provisões para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas, administrativas ou arbitrais cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas, administrativas ou arbitrais classificadas com probabilidade de perda remota.

(A) PERDA PROVÁVEL: não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:

(i) Demandas Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 03 (três) processos judiciais de natureza trabalhista classificados com probabilidade provável de perda, com valor em risco de R\$ 716. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 04 (quatro) processos judiciais de natureza trabalhista classificado com probabilidade provável de perda, com valor em risco aproximado de R\$ 919. Destaca-se que neste caso houve a baixa de 01 (um) processo judicial.

(B) PERDA POSSÍVEL: embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia, merecem destaques as seguintes demandas, classificadas com probabilidade possível de perda:

(i) Demandas Trabalhista: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui apenas 04 (quatro) processos judiciais de natureza trabalhista com valor em risco de R\$ 416. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 03 (três) processos desta mesma natureza com valor em risco de R\$ 26.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 33.532 composto por 33.531.746 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31/12/2021 e 2020	
	Quantidade	%
<u>Acionistas</u>		
Alupar Investimentos S/A	33.531.745	100%
AF Energia S.A.	1	0%
Total das ações	33.531.746	100%

12.2 Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

Destinação do resultado	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	22.647	5.071
Constituição de reserva legal (5%)	(1.133)	(253)
Subtotal	21.514	4.818
Reserva de incentivos fiscais	(1.537)	(1.906)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(4.994)	(728)
Reserva de lucros	(14.983)	(2.184)
Saldo de lucros acumulados	-	-

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Partes relacionadas

13.1 Remuneração da alta Administração

A remuneração da administração incluindo diretoria e conselho de administração totalizou em 31 de dezembro de 2021 e 2020, R\$ 50 e R\$ 340, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

13.2 Dividendos

Em junho de 2021 a Companhia efetuou o pagamento de dividendos, referentes ao saldo de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2018, no valor de R\$ 815.

Em agosto de 2021 a Companhia pagou os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2020, no valor de R\$ 728.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui em aberto os valores de dividendos no total de R\$ 16.915 (R\$ 13.464 em 31 de dezembro de 2020).

13.3 Arrendamentos

A Companhia possui em aberto com a Alupar Investimento S.A. os valores de arrendamentos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, totalizando R\$ 94 (R\$ 59 em 31 de dezembro de 2020).

14. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	27.475	39.338
Receita de operação e manutenção (nota 7)	4.295	2.635
(-) Parcela variável (nota 7)	(64)	(226)
Remuneração do ativo de concessão (nota 7)	23.244	19.819
Receita de infra-estrutura (nota 7)	-	17.110
Deduções da receita operacional	(3.542)	(4.979)
Programa de Integração Social - PIS	(453)	(649)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(2.088)	(2.990)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(714)	(1.027)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(71)	(62)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(71)	(62)
Ministério de minas e energia - MME	(36)	(31)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(109)	(158)
Receita operacional líquida	23.933	34.359

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados é composto da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(425)	(397)
Material	(399)	(112)
Serviços de terceiros	(514)	(660)
Depreciação e amortização	(57)	(25)
Provisões para contingências	235	(521)
Aluguéis	(144)	(100)
Seguros	(56)	(36)
Outros tributos e taxas	(18)	(33)
Outras	(12)	(33)
Total custos dos serviços prestados	(1.390)	(1.917)

16. Custo de infraestrutura

	31/12/2021	31/12/2020
Custo de infraestrutura		
Pessoal	-	(388)
Material	-	(13.000)
Serviços de terceiros	-	(8.358)
Tributos estaduais - Outros	-	(1)
Tributos estaduais - ICMS	-	(1.187)
Outros	-	(3)
Total custo de infraestrutura	-	(22.937)

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

17. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras	396	456
Receita de aplicações financeiras	331	250
Outros	65	206
Despesas financeiras	(1.552)	(1.033)
Encargos de dívidas (nota 8c)	(1.453)	(883)
Custos de captação de dívida amortizado (nota 8c)	(49)	(49)
Encargos sobre arrendamento	(10)	(6)
Atualização monetária	30	(23)
Outros	(70)	(72)
Total líquido	(1.156)	(577)

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro societário antes do IR e CS	20.439	20.439	7.397	7.397
Ativo Financeiro Realizado artigo 84	10.667	10.667	8.637	8.637
Ativo Financeiro Realizado artigo 69	-	-	73	75
Receita Remuneração da Concessão - Art. 84 inciso I IN 1515/14	(13.358)	(13.358)	(11.906)	(11.906)
Ativo contratual CPC 47	(10.932)	(10.932)	1.708	1.708
(+) Outros	(194)	(220)	814	810
Base de cálculo	6.622	6.596	6.723	6.721
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Total dos tributos correntes	(1.632)	(594)	(1.657)	(605)
Incentivo fiscal SUDENE	1.538	-	-	-
Outros	55	8	371	(21)
Total dos tributos correntes	(39)	(586)	(1.286)	(626)
Total dos tributos diferidos (nota 9)	4.043	(1.210)	(305)	(109)
Despesa total com tributos	4.004	(1.796)	(1.591)	(735)
Alíquota efetiva	-10,80 %		31,45 %	

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Imposto de renda e contribuição social - Continuação

A Companhia apresentou alíquota efetiva negativa no exercício de 2021, em decorrência do cálculo dos impostos diferidos, após a aprovação do enquadramento ao benefício fiscal de redução do imposto de renda e adicionais, Conforme a Resolução nº 323/2018 do Ministério de Integração Nacional e Laudo Constitutivo nº 97/2021 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

19. Instrumentos financeiros

19.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

19.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2021		31/12/2020		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	9	9	10	10		Custo amortizado
Equivalentes de caixa	25	25	15	15	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	8.598	8.598	9.129	9.129	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	4.840	4.840	3.160	3.160		Custo amortizado
	13.472	13.472	12.314	12.314		
Passivo						
Fornecedores	121	121	1.359	1.359		Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	10.842	10.842	10.119	10.119		Custo amortizado
Debêntures	11.947	11.947	19.884	19.884		Custo amortizado
	22.910	22.910	31.362	31.362		

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Instrumentos financeiros - Continuação

19.3 Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

19.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

19.4.1 Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.200 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que as contas a receber da Companhia são garantidas pelo ONS.

19.4.2 Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

19.4.3 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures está vinculada a variação do CDI.

19.4.4 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Instrumentos financeiros - Continuação

19.4.5 Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

19.4.6 Risco técnico

A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

19.5 Análise de sensibilidade

19.5.1 Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, foi extraída a projeção do indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2021	Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50 %)	Cenário II (-25 %)	Cenário III (+25 %)	Cenário IV (+50 %)
		10,63%	5,32%	7,97%	13,29%	15,95%
Investimento de curto prazo	CDI 8.598	914	457	685	1.142	1.371

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Instrumentos financeiros - Continuação

19.5.2 Análise de sensibilidade ao risco da taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador da dívida ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o CDI projetado foi obtido por meio do relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2021; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de Juros a.a.		Posição em 31/12/2021	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			10,63%				
Itaú Unibanco S.A.	CDI	2,60%	10.842	1.464	874	1.168	1.760
Debêntures 1ª emissão	CDI	112,00%	11.947	1.422	712	1.066	1.778

20. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

ETES – Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2021.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Riscos Patrimoniais	45.215	50	04/07/2022
Responsabilidade Civil	10.000	3	04/07/2022
Responsabilidade Civil	50.000	1	28/08/2022
Total	105.215	54	

Patrícia Nalini Sávio Ferreira
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2